

**RELATÓRIO ANUAL DE
ÁREAS ARDIDAS E
INCÊNDIOS FLORESTAIS EM
PORTUGAL CONTINENTAL**

2012



1.	Preparação da Época	3
1.1.	Reuniões conjuntas (políticas e técnicas)	3
2.	Informação Geral	4
2.1.	Número de ocorrências e áreas ardidas	4
2.2.	Nível de cumprimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	10
2.3.	Informação meteorológica.....	10
2.4.	Custos com prevenção e extinção	16
3.	Informação Operacional	16
3.1.	Dispositivo operacional envolvido nas ações de combate	16
3.2.	Número de dias por nível de alerta.....	18
3.3.	Número de ocorrências por risco de incêndio e por distrito.....	19
3.4.	Número de ocorrências por período horário.....	20
3.5.	Duração média dos incêndios	21
3.6.	Mobilização de companhias e de grupos de reforço a incêndios florestais	21
3.7.	Força Especial de Bombeiros e Grupo de Intervenção Proteção e Socorro	22
3.8.	Formação ministrada	24
3.9.	Eficácia do ataque inicial e ampliado	25
4.	Prevenção Estrutural.....	25
4.1.	Áreas intervencionadas.....	25
4.2.	Sapadores Florestais	26
4.3.	Formação ministrada	30
4.4.	Sensibilização	30
5.	Vigilância e Fiscalização	32



5.1.	Rede Nacional de Postos de Vigia	32
5.2.	Dados por fonte de alerta	33
5.3.	Autos-notícia levantados no âmbito do DL n.º124/2006 e eventuais processos-crime.....	34
5.4.	Detidos	34
5.5.	Causas dos incêndios	34
5.6.	Formação ministrada	36
6.	Áreas Protegidas	36
7.	Descrição dos Grandes Incêndios	36
8.	Vítimas Registadas	38
9.	Prejuízos Verificados.....	38
9.1.	Prejuízos ambientais/materiais.....	38
9.2.	Despesas extraordinárias com os incêndios florestais	39
10.	Emissões de CO2	40
11.	Cooperação Internacional	40

1. PREPARAÇÃO DA ÉPOCA

1.1. Reuniões conjuntas (políticas e técnicas)

Na preparação do dispositivo especial de combate a incêndios florestais para 2012 (DECIF), houve lugar à realização de diversas reuniões técnicas com os agentes de proteção civil e entidades cooperantes, tendo em vista a elaboração da Diretiva Operacional Nacional. Este trabalho culminou com a apreciação do documento em sede de Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON), e aprovação da mesma em sede da Comissão Nacional de Proteção Civil, no dia 12 de março de 2012. Nesse mesmo dia houve lugar à apresentação da mesma, em sessão pública realizada na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Decorrente da aprovação desta diretiva foram alvo de elaboração e consequente aprovação os 18 correspondentes Planos Operacionais Distritais em sede de reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil e Comissão Distrital de Defesa da Floresta, seguida de apresentação pública aos órgãos de comunicação social a nível distrital.

No decurso das Fases: Bravo, Charlie e Delta do DECIF o CCON reuniu regularmente todas as terças-feiras, para acompanhamento da situação em matéria de incêndios, tendo em vista a tomada de medidas de antecipação tendo sido emitidos 18 Comunicados Técnico Operacionais.

Tendo em vista a clarificação e a aplicação do conceito de reacendimento foi ainda em 2012 criado um grupo de trabalho técnico reunindo elementos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), e que com base num conjunto de reuniões técnicas realizadas a nível nacional e distrital, culminou com a elaboração de uma correspondente nota técnica sobre a matéria para aplicação conjunta pelas 3 entidades

2. INFORMAÇÃO GERAL

2.1. Número de ocorrências e áreas ardidas

Em 2012 contabilizaram-se, em Portugal Continental, 21.176 ocorrências, das quais 21% correspondem a incêndios florestais¹ e 79% a fogachos² que terão consumido cerca de 110.232 hectares de área ardida dos quais 44% em povoamentos florestais e 56% em matos (Quadro 1).

O total de ocorrências de 2012 traduz-se num decréscimo de cerca de 16% em relação a 2011 e de 12% face à média do decénio anterior. Esta diminuição verificou-se quer no número de incêndios florestais quer no número de fogachos. Relativamente à área ardida esta corresponde a cerca de 76,5% da média dos últimos dez anos. Em termos absolutos a redução é de -2.810 ocorrências e de -33.789 hectares de área ardida quando comparadas com as respetivas médias do período 2002-2011. Relativamente ao ano anterior arderam mais 36.403 hectares, ou seja, traduziu-se num acréscimo de 49%.

De acordo com os resultados preliminares do 6º inventário florestal, referentes a 2010, e tendo por base a cartografia provisória dos perímetros das áreas ardidas em 2012, as espécies florestais mais afetadas foram o pinheiro-bravo, seguido do eucalipto e do sobreiro.

¹ Ocorrências com área florestal ardida maior ou igual a 1 hectare

² Ocorrências com área florestal ardida inferior a 1 hectare

Quadro 1 – Distribuição anual do número de ocorrências e área ardida entre 2002 e 2012.

Anos	Ocorrências			Área ardida (hectares)		
	Incêndios Florestais	Fogachos (Área <1ha)	Total	Povoamentos	Matos	Total
2002	6.521	20.055	26.576	65.164	59.455	124.619
2003	5.323	20.896	26.219	286.055	139.784	425.839
2004	5.069	17.096	22.165	56.271	73.836	130.107
2005	8.192	27.631	35.823	213.921	125.168	339.089
2006	3.499	16.945	20.444	36.320	39.738	76.058
2007	3.677	16.639	20.316	9.829	22.766	32.595
2008	2.591	12.339	14.930	5.461	12.103	17.564
2009	5.862	20.274	26.136	24.097	63.323	87.420
2010	3.970	18.057	22.027	46.079	87.011	133.090
2011	5.043	20.179	25.222	20.044	53.785	73.829
2012	4.425	16.751	21.176	48.067	62.165	110.232
Média 2002-2011	4.975	19.011	23.986	76.324	67.697	144.021

Os incêndios florestais em 2012, e à semelhança do que se tem verificado nos anos anteriores, afetaram maioritariamente zonas ocupadas por matos.

A distribuição das áreas ardidas de maior dimensão em Portugal Continental é apresentada na Figura 1.

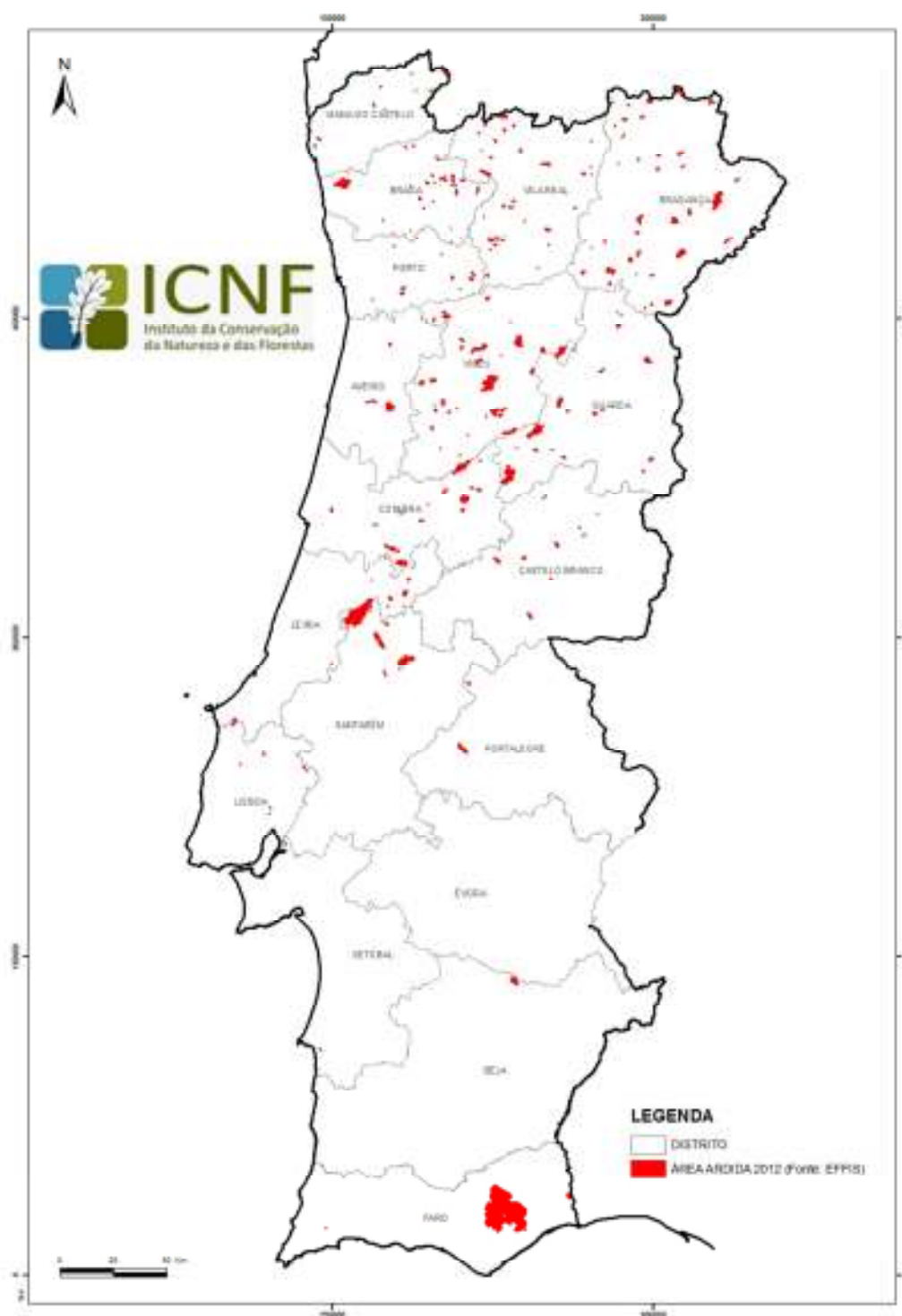


Figura 1 – Cartografia preliminar das áreas ardidas no território de Portugal Continental em 2012

(Fonte: EFFIS/JRC2012)

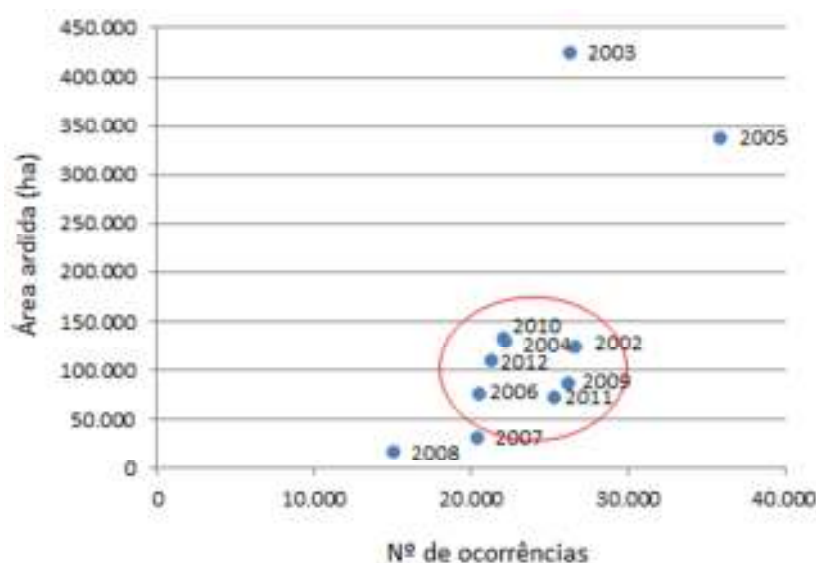


Figura 2 – Distribuição anual do número de ocorrências e área ardida (2002-2012)

O ano de 2012 enquadra-se no grupo dos valores de área ardida mais frequentes desde 2002 (Figura 2). Os anos de 2003 e 2005 destacam-se por apresentarem uma elevada área ardida, sendo que este último apresenta também o maior número de ocorrências do período analisado. Os anos de 2007 e 2008 distanciam-se dos valores mais frequentes por registarem uma área ardida e número de ocorrências significativamente inferiores. O ano de 2004 e 2010 apresentam similaridade no que respeita ao número de ocorrências e área ardida.

O distrito do Porto registou mais de 5 mil ocorrências mantendo-se, historicamente, como o distrito com maior número de ocorrências (maioritariamente fogachos, 91%), seguindo-se Viseu e Braga cada um com mais de duas mil ocorrências registadas (Quadro 2).

As estatísticas de 2012 compreendem 1.856 reacendimentos registados, os quais representam 8,8% do total das ocorrências.

O distrito de Faro é o que regista maior área ardida de espaços florestais, com 22.183 hectares consumidos pelas chamas. Grande parte desta área, cerca de 97%, resultou de um único incêndio que teve início no dia 18 de julho em Tavira, mais propriamente na freguesia de Catraia, e que consumiu 21.437ha de povoamento (5.790ha) e mato (15.647ha).

Os distritos de Viseu, Bragança e Guarda são, posteriormente a Faro, os que registam valores de área ardida por distrito superiores a 10 mil hectares.

Quadro 2 – Número de incêndios florestais e área ardida, por distrito, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012

Distrito	Ocorrências			Reacendi- mentos	Área ardida (hectares)		
	Incêndios Florestais	Fogachos (Área <1ha)	Total		Povoamentos	Matos	Total Florestal
Aveiro	182	1.668	1.850	448	2.328	363	2.691
Beja	19	42	61	0	721	74	795
Braga	563	1.540	2.103	283	4.315	4.616	8.931
Bragança	515	487	1.002	1	2.641	12.183	14.824
Castelo Branco	71	387	458	6	1.233	785	2.018
Coimbra	109	737	846	32	4.545	1.104	5.649
Évora	19	28	47	0	338	3	341
Faro	50	482	532	3	6.360	15.823	22.183
Guarda	365	314	679	11	5.128	5.091	10.219
Leiria	118	656	774	59	1.734	761	2.495
Lisboa	264	1.086	1.350	17	601	1.137	1.738
Portalegre	22	66	88	1	1.157	20	1.177
Porto	462	4.550	5.012	340	1.879	1.785	3.664
Santarém	93	516	609	2	4.903	2.901	7.804
Setúbal	33	607	640	4	207	154	361
Viana do Castelo	343	809	1.152	144	796	2.121	2.917
Vila Real	694	1.109	1.803	165	2.743	4.237	6.980
Viseu	503	1.667	2.170	340	6.438	9.007	15.445
TOTAL	4.425	16.751	21.176	1.856	48.067	62.165	110.232

Na relação distrital da área ardida/número de ocorrências, visível na figura 3, há dois distritos que se destacam visivelmente como *outliers*, o primeiro é Faro devido à elevada área ardida e o segundo é o Porto, em virtude do elevado número de ocorrências (Figura 3).

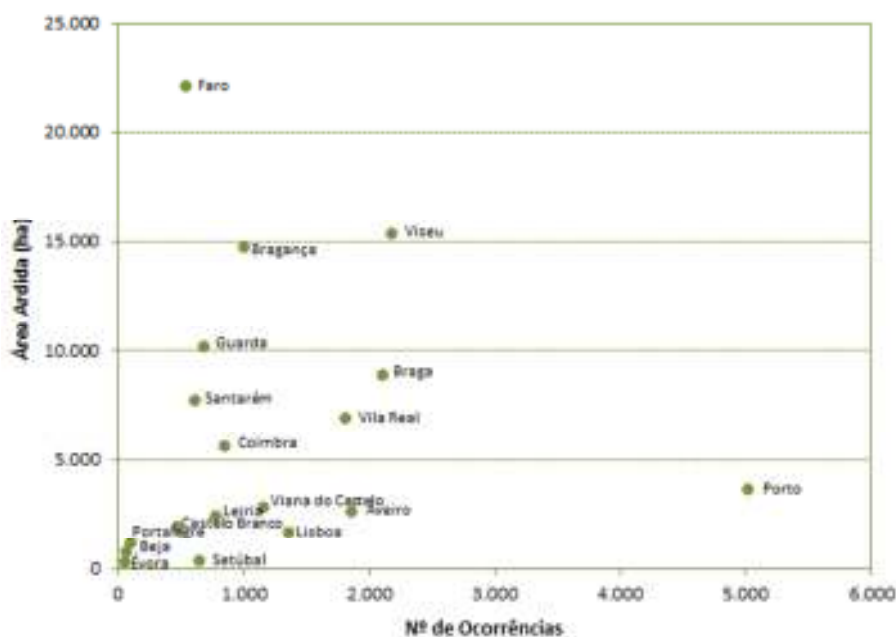


Figura 3 – Distribuição distrital do número de ocorrências e área ardida em 2012

Tendo por base os resultados preliminares do 6º inventário florestal nacional e a cartografia provisória dos perímetros das áreas ardidas em 2012, é possível estimar os hectares consumidos por espécie florestal em povoamento. Desde 2001 que o pinheiro-bravo e o eucalipto são as duas espécies mais afetadas anualmente pelos incêndios. O ano de 2012 não foi exceção e a espécie mais afetada, no conjunto dos povoamentos, foi o pinheiro-bravo seguido do eucalipto e do sobreiro, com 34%, 30% e 14% da área ardida por espécie, respetivamente (Figura 4).

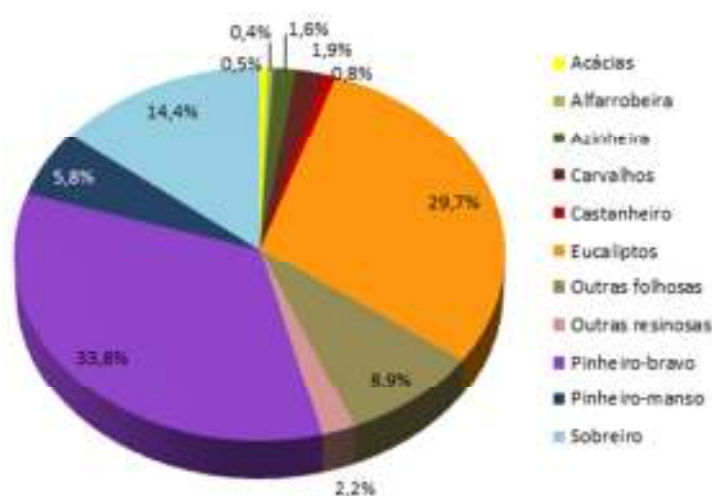


Figura 4 – Percentagem de área ardida por espécie florestal em 2012

2.2. Nível de cumprimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

De acordo com as análises estatísticas do número de ocorrências e áreas ardidas, registradas até ao final de 2012, é possível fazer uma avaliação de algumas metas operacionais previstas no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI). Nomeadamente:

1. Diminuição significativa do número de incêndios com área ardida superior a 1 hectare – Em 2012 registaram-se 4.425 incêndios florestais (área ≥ 1 ha) correspondendo a 21% do total de ocorrências registadas (21.176), traduzindo-se numa redução de 12% face à média decenal e de 16% face ao ano de 2011, cumprindo-se a meta da diminuição do número de incêndios florestais;
2. Eliminação de incêndios com área superior a 1.000 hectares – Registaram-se 11 ocorrências cuja área ardida superou os 1.000 hectares, pelo que, esta meta não foi alcançada em 2012. Os incêndios inseridos nesta categoria justificam aproximadamente 38% do total de área ardida;
3. Redução do número de reacendimentos a menos de 1% do total de ocorrências – Foram registados 1.856 reacendimentos, que representam aproximadamente 8,8% do total de ocorrências, pelo que esta meta não foi atingida no ano em análise;
4. Redução da área ardida a menos de 100 mil hectares até 2012 – Em 2012 foram consumidos 110.232 hectares de espaços florestais, não se cumprindo a meta estipulada no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios relativamente à área ardida anual.
5. Redução a menos de 150 o número de incêndios ativos com duração superior a 24 horas – registaram-se 84 ocorrências com duração superior a 24h, em 2012, pelo que a meta foi atingida.

2.3. Informação meteorológica

O ano de 2012 caracteriza-se por um período inicial com um agravamento do défice de pluviosidade que se vinha a agravar desde dezembro de 2011. Regista-se em janeiro apenas um quinto da precipitação normal. Perante este cenário no primeiro mês do ano, 11% do território encontrava-se em seca severa, 76% em seca moderada e 13% em seca fraca. Nos meses seguintes, fevereiro e março, os valores de precipitação

mantiveram-se muito inferiores aos valores médios, o que permitiu classificá-los como os meses com maior severidade da seca, no ano hidrológico 2011/2012, com quase todo o território nas classes de seca mais graves (severa e extrema). Nos meses de abril e maio assistimos a um desagravamento desta situação que se voltou a intensificar no mês de junho e que se atenuou posteriormente em agosto e mais significativamente em setembro. A situação de seca meteorológica diminuiu gradualmente a partir de outubro, com valores de precipitação superior ao normal.

A situação de seca, severa e extrema, que se fez sentir no primeiro trimestre de 2012, afetou os valores cumulativos do índice de severidade diário (DSR) classificando-o como o segundo ano mais gravoso desde 2003, apenas ultrapassado por 2005 (Figura 5).

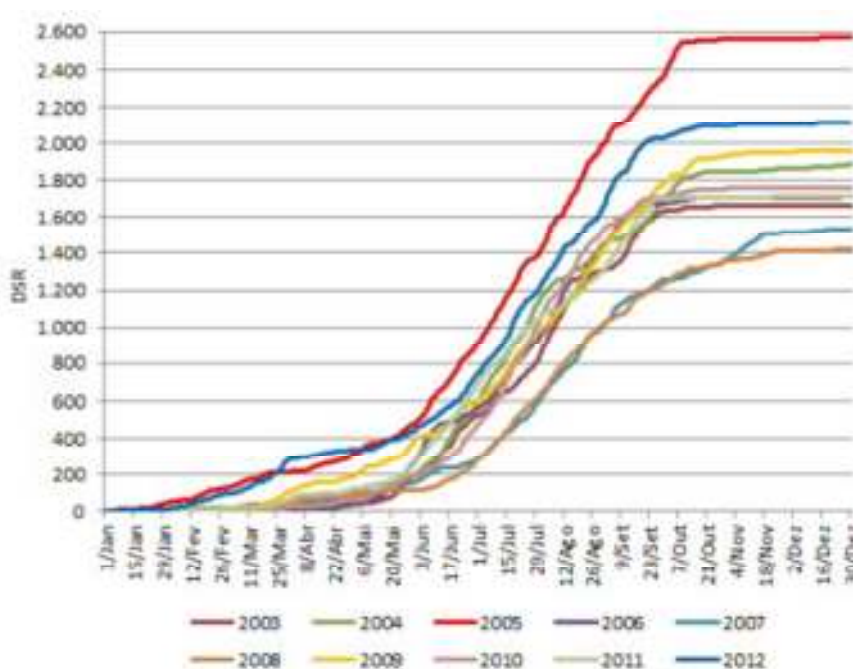


Figura 5 – Evolução do índice de severidade diário (DSR) entre 2003 e 2012

A severidade dos primeiros meses do ano contribuiu, em parte, para os elevados valores do número de ocorrências e área ardida registrados, particularmente em fevereiro e março (37,4% do total de ocorrências e 30,6% da área ardida nacional). Fevereiro teve um incremento 5 vezes superior à média no número de ocorrências e um valor de área ardida cerca de 14 vezes superior. No mês de março registaram-se 3 vezes mais ocorrências do que a média e ardeu uma área 7 vezes superior ao valor médio. Cerca de 33% das

ocorrências registadas nesse mês resultaram do uso do fogo para queima de combustíveis agrícolas e/ou florestais, das quais mais de 40% para renovação de pastagens.

O Quadro 3 e a Figura 6 apresentam a distribuição mensal do número de ocorrências e reacendimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012.

A distribuição temporal dos incêndios florestais em Portugal Continental é claramente sazonal, de marcada influência mediterrânica, concentrando-se o maior número de ocorrências e área ardida de julho a setembro. Neste período, coincidente com a fase de maior empenhamento de meios do dispositivo de prevenção operacional e combate aos incêndios florestais, contabilizaram-se 47% do total de ocorrências e 66,4% da área ardida.

Quadro 3 – Distribuição mensal do número de ocorrências e reacendimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012

Meses	Ocorrências			Reacendimentos		
	2012			Média 2002-2011	2012	Média 2002-2011
	Incêndios Florestais	Fogachos (Área < 1ha)	Total			
janeiro	54	276	330	201	5	2
fevereiro	1.160	2.589	3.749	726	166	7
março	1.239	2.935	4.174	1.366	408	36
abril	126	745	871	936	113	30
maio	70	453	523	1.075	19	35
junho	99	735	834	2.400	31	156
julho	344	2.317	2.661	4.610	268	350
agosto	347	2.344	2.691	6.132	258	487
setembro	868	3.783	4.651	3.534	579	184
outubro	111	514	625	2.111	9	157
novembro	6	46	52	719	0	24
dezembro	1	14	15	177	0	1
TOTAL	4.425	16.751	21.176	23.986	1.856	1.469

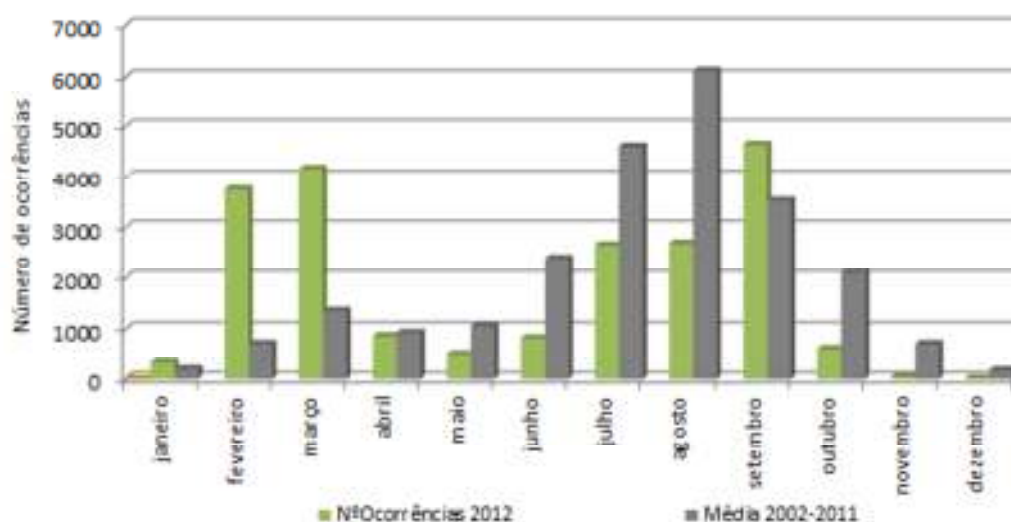


Figura 6 – Sazonalidade das ocorrências

Em termos da área ardida mensal são notórios os valores elevados dos meses de fevereiro e março de 2012 quando comparados com as respectivas médias mensais do período 2002-2011. Em contrapartida o mês de agosto representa apenas 9,4% da área ardida média desse mês no último decénio, como se depreende da leitura do Quadro 4 e da Figura 7.

Quadro 4 – Distribuição mensal das áreas ardidas, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012

Meses	Área Ardida (ha)			Média 2002-2011
	2012			
	Povoamentos	Matos	Total	
janeiro	42	225	267	221
fevereiro	2.999	9.523	12.522	919
março	10.538	10.723	21.261	3.023
abril	384	430	814	1.182
maio	488	292	780	997
junho	350	444	794	6.107
julho	10.747	20.821	31.568	34.652
agosto	1.997	5.099	7.096	75.532
setembro	20.382	14.127	34.509	13.672
outubro	136	471	607	6.497
novembro	4	9	13	1.070
dezembro	0	1	1	149
TOTAL	48.067	62.165	110.232	144.021

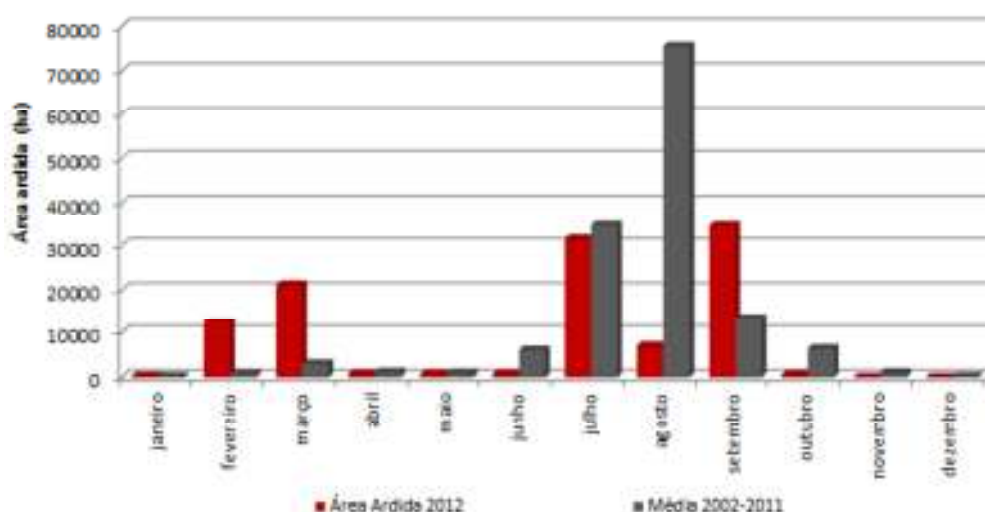


Figura 7 – Sazonalidade das áreas ardidas

O índice meteorológico de risco de incêndio florestal (FWI), que é calculado diariamente pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), permite estimar um risco de incêndio a partir do estado dos diversos combustíveis presentes no solo florestal (determinado indiretamente através das observações de elementos meteorológicos).

A análise conjugada do risco de incêndio e do teor de humidade dos combustíveis finos (THC), durante o ano de 2012, demonstra que nos meses de fevereiro, março, julho e setembro se registaram os menores valores de humidade dos combustíveis, associados aos valores mais elevados do risco de incêndio (Figura 8).

No mês de março atipicamente atingiram-se, por diversas vezes, valores de FWI que pressupõem a possibilidade de ocorrerem situações de fogos de copa, ou seja, situações extremas em termos de incêndios florestais e que pressupõem elevados danos.



Figura 8 – Evolução mensal do FWI e do THC em 2012

Analisando as primeiras 13 semanas do ano de 2012 em comparação com os anos anteriores (Figura 9) verifica-se que no ano em análise se registou a percentagem mais elevada, desde 2001, do número acumulado de ocorrências, de área ardida e de FWI.



Figura 9 – Evolução do número acumulado de ocorrências, área ardida e FWI, à 13ª semana entre 2001 e 2012

2.4. Custos com prevenção e extinção

No âmbito da prevenção estrutural de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) totaliza-se um custo total de 18.010.000 euros, distribuídos pelos quatro grupos principais (Quadro 5):

- Planeamento, com um total de 3.190.000 euros associado a pagamentos com os gabinetes técnicos florestais;
- Dispositivo, com um total de 10.640.000 euros relativos a custos com as Equipas de Sapadores Florestais e Equipas GAUF;
- Sensibilização, com um gasto no valor de cerca de 400.000 euros associados a iniciativas várias;
- Infraestruturação, com um total de 3.780.000 euros relativos a gastos com a gestão de combustível, na beneficiação de pontos de água, na manutenção da rede viária florestal e na execução de rede primária de faixas de gestão de combustível.

Quadro 5 – Custos com a Prevenção Estrutural em 2012

Custos com a prevenção Estrutural (Euros)					
	Planeamento	Dispositivo	Sensibilização	Infraestruturação	TOTAL
2012	3.190.000	10.640.000	400.000	3.780.000	18.010.000

3. INFORMAÇÃO OPERACIONAL

3.1. Dispositivo operacional envolvido nas ações de combate

No âmbito do combate aos incêndios registados em espaços florestais estiveram envolvidos 343.795 operacionais, cerca de 93.455 meios terrestres e houve 4.109 missões apoiadas com meios aéreos (Quadro 6 e Figura 10). O distrito de Viseu foi o que contou com o apoio do maior número de operacionais (40.780 elementos) e com o maior número de missões apoiadas por meios aéreos (585). Por outro lado o distrito do Porto contabiliza o maior número de meios terrestres no apoio aos incêndios (11.159).

Quadro 6 – Dispositivo operacional envolvido nas ações de combate aos incêndios florestais em 2012

Distrito	Operacionais (número)	Meios terrestres (número)	Meios aéreos (nº de missões)
Aveiro	24.693	6.783	378
Beja	1.539	457	17
Braga	21.379	5.962	270
Bragança	16.563	4.384	233
Castelo Branco	16.885	4.749	196
Coimbra	29.401	7.879	311
Évora	1.448	424	5
Faro	13.841	3.892	252
Guarda	19.737	5.340	263
Leiria	23.109	6.405	272
Lisboa	25.444	7.051	54
Portalegre	3.594	933	31
Porto	40.154	11.159	357
Santarém	21.747	5.967	247
Setúbal	8.903	2.514	25
Viana do Castelo	11.901	3.245	147
Vila Real	22.677	5.636	466
Viseu	40.780	10.675	585
TOTAL	343.795	93.455	4.109

Fonte: ANPC

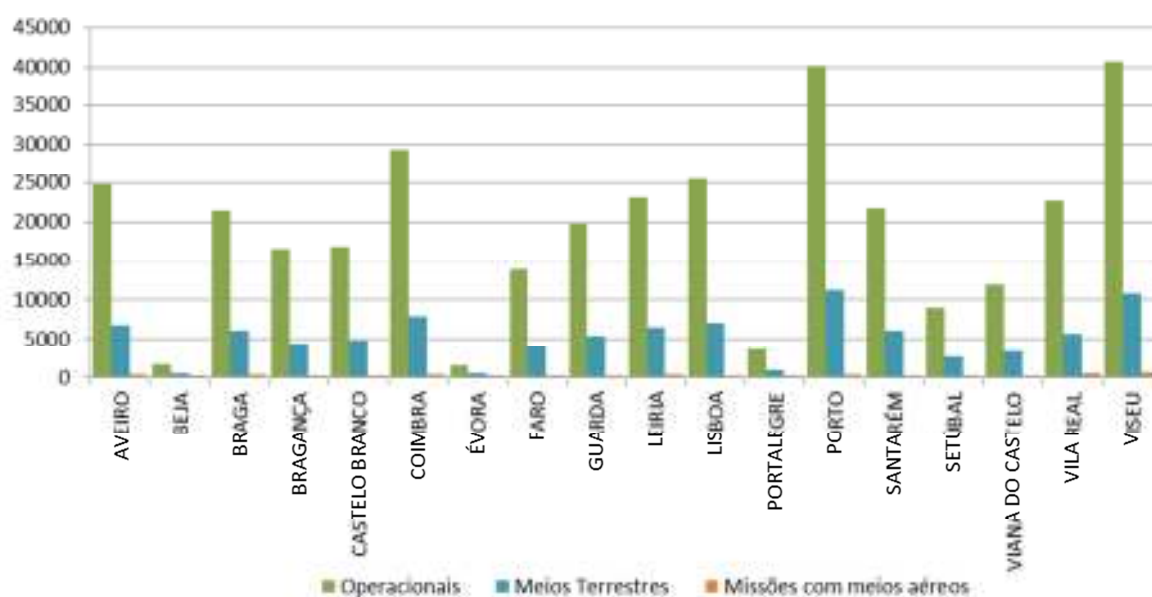


Figura 10 – Evolução do número de operacionais, meios terrestres e missões com meios aéreos, por distrito, em 2012

O empenhamento operacional dos meios aéreos entre 15 de maio e 15 de outubro de 2012 foi o constante no quadro 7. Das 4.381 ativações atuaram em 3.027 missões, das quais 437 não foram dominadas.

Quadro 7 – Empenhamento operacional dos meios aéreos entre 15 de maio e 15 de outubro de 2012

Tipo de meio aéreo	Número de missões	Missões com atuação	Não dominados	Média de despacho de descolagem	Média de chegada ao Teatro de Operações
Hélis em ATI	3.929	2.607	221	0:05	0:08
Helis Kamov em ATA	268	254	114	0:17	0:20
Aviões AIRTRACTOR em ATA	184	166	102	0:16	0:29
TOTAIS	4.381	3.027	437		

ATI – Ataque Inicial; ATA – Ataque Ampliado

Fonte: ANPC

3.2. Número de dias por nível de alerta

A ANPC decretou 34 dias de alerta amarelo e 14 dias de alerta laranja. O ICNF ativou a prontidão das equipas de sapadores florestais em vigilância armada (ativação semelhante ao de alerta amarelo) em mais 7 dias (Quadro 8).

Quadro 8 – Dias de alerta amarelo ou superior, decretados no ano de 2012.

Distrito	17 a 18 Julho	19 a 20 Julho	21 a 22 Julho	23 a 24 de Agosto	25 a 26 Agosto	27 de Agosto	12 a 13 Agosto	28 a 29 Agosto	31 Agosto a 01 Setembro	02 a 03 de Setembro	04 a 05 de Setembro	06 a 07 de Setembro	08 a 09 de Setembro	10 a 11 Setembro
Aveiro														
Beja														
Braga														
Bragança														
Castelo Branco														
Coimbra														
Évora														
Faro														
Guarda														
Leiria														
Lisboa														
Portalegre														
Porto														
Santarém														
Setúbal														
Viana do Castelo														
Vila Real														
Vizeu														

LEGENDA:

VA_DUDEF

VA_DUDEF e Alerta amarelo ANPC

Alerta amarelo ANPC

Alerta Laranja ANPC

3.3. Número de ocorrências por risco de incêndio e por distrito

O índice FWI do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal é um indicador relativo da intensidade do fogo, determinada pelas condições meteorológicas e estado de secura da vegetação.

A intensidade do fogo condiciona a possibilidade de controlo e extinção do mesmo. Assim, a classificação de perigo de incêndio, baseada no FWI, reflete o grau de dificuldade das operações de combate direto caso o fogo ocorra. Consideram-se cinco classes de perigo: reduzido, moderado, elevado, muito elevado e extremo.

De acordo com o quadro seguinte, cerca de 23,6% das ocorrências de incêndios registaram-se em dias de perigo moderado e quase 22% (cerca de 4.574) integram a classe de perigo muito elevado. Em dias de perigosidade extrema registaram-se 2.642 ocorrências, cerca de 12,5% do total.

Quadro 9 – Número de ocorrências por risco de incêndio e distrito em 2012.

Distrito	CLASSES DE PERIGOSIDADE (FWI)						Total de ocorrências
	Reduzida	Moderada	Elevada	Muito elevada	Extrema	N/a*	
Aveiro	374	610	338	344	82	102	1.850
Beja	4	12	6	14	19	6	61
Braga	485	706	412	384	24	92	2.103
Bragança	110	189	74	154	144	331	1.002
Castelo Branco	29	66	60	90	125	88	458
Coimbra	145	168	97	170	131	135	846
Évora	2	6	5	9	12	13	47
Faro	21	60	65	139	162	85	532
Guarda	124	165	49	134	144	63	679
Leiria	118	128	138	187	191	12	774
Lisboa	139	322	177	345	365	2	1.350
Portalegre	16	18	6	10	20	18	88
Porto	708	1.194	1.250	1.215	429	216	5.012
Santarém	41	89	74	156	173	76	609
Setúbal	72	140	98	199	95	36	640
Viana do Castelo	460	337	168	126	15	46	1.152
Vila Real	383	410	211	496	92	211	1.803
Viseu	299	377	237	402	419	436	2.170
TOTAL	3.530	4.997	3.465	4.574	2.642	1.968	21.176
%	16,7	23,6	16,3	21,6	12,5	9,3	100,0

3.4. Número de ocorrências por período horário

Cerca de 69% das ocorrências registradas em 2012 tiveram início no período diurno, ou seja, entre as 08h e as 20h, em detrimento dos restantes 31% que deflagraram durante a noite (entre as 20h e as 8h), Figura 11.

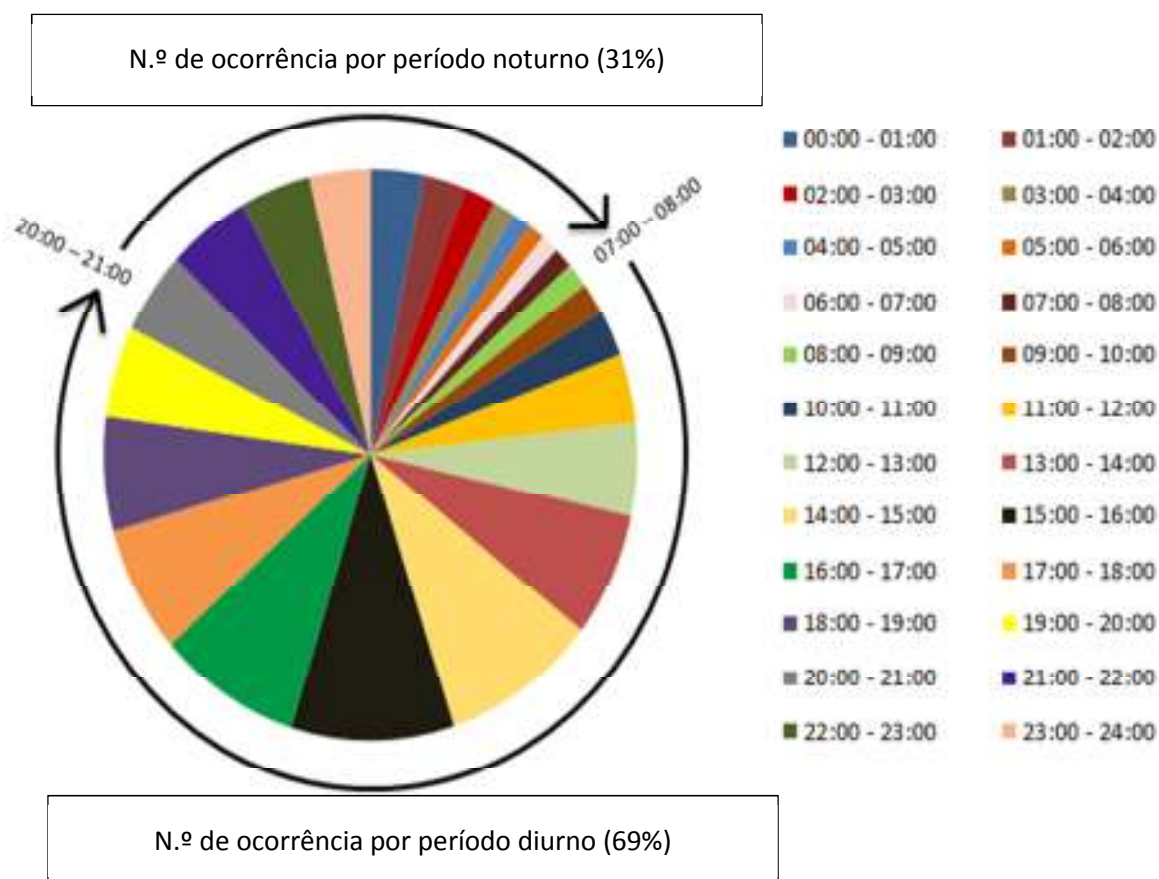


Figura 11 – Evolução horária do número de ocorrências por período horário.

3.5. Duração média dos incêndios

No quadro seguinte encontra-se espelhada a evolução do número de ocorrências por períodos de duração dos incêndios³. Nesse âmbito, cerca de 3% do total de ocorrências tiveram uma duração inferior a 30 minutos e 45% foram extintas nos primeiros 90 minutos. Permaneceram ativas durante mais de 24 horas 80 ocorrências de incêndios florestais.

Quadro 10 – Número de ocorrências por período de duração dos incêndios, em 2012.

Duração	<30min	30 min-1h	1h-1,5h	1,5h-2h	2h-4h	4h-6h	6h-12h	12h-18h	18h-24h
Ocorrências (nº)	719	4.052	4.697	3.559	6.177	1.152	588	105	47

Duração	1-2 dias	2-3 dias	3-4 dias	4-5 dias	5-6 dias	6-10 dias	>=10 dias	TOTAL
Ocorrências (nº)	50	17	8	3	2	0	0	21.176

3.6. Mobilização de companhias e de grupos de reforço a incêndios florestais

No ano em análise houve mobilização de companhias em sete ocorrências de incêndios, seis em missão de combate e uma de pré-posicionamento (Quadro 11).

³ Duração do incêndio corresponde à diferença entre a data/hora de alerta e a data/hora da extinção (data e hora de saída do último recurso do teatro de operações, ou seja, inclui as fases: 1ª intervenção, dominado, rescaldo e vigilância pós incêndio)

Quadro 11 – Mobilizações de companhias de reforço a incêndios florestais em 2012

Companhia	GRIF	Data	Distrito	Concelho	Local	Missão
ALFA	Aveiro, Porto 1 e 2	18/jul	Santarém	Tomar	Sabacheira	Combate
		20/jul	Faro	Tavira	Catraia	Combate
ALFA	Aveiro, Porto e Braga	02/set	Vila Real	Peso da Régua	Peso da Régua	Pré-posicionamento
		03/set	Viseu	Oliveira de Frades	Segães	Combate
CHARLIE	Faro, Évora 1 e 2	03/set	Santarém	Tomar	São Pedro de Tomar	Combate
CHARLIE	Faro, Évora 1 e 2	04/set	Viseu	Viseu	Cepões	Combate
		06/set	Guarda	Fornos de Algodres	Sobral Pichorro	Combate

GRIF – Grupo de Reforço a Incêndios Florestais

Fonte: ANPC

Para além do empenhamento das companhias, anteriormente referenciado, foram ainda mobilizados 115 grupos de reforço e 8 equipas de posto comando (EPCO) de âmbito distrital e nacional em reforço da capacidade de comando e controlo.

3.7. Força Especial de Bombeiros e Grupo de Intervenção Proteção e Socorro

Uma das missões do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), da Unidade de Intervenção, da Guarda Nacional Republicana, é prevenir e intervir em situações de emergência de proteção e socorro em todo o território nacional, nomeadamente, no âmbito dos incêndios florestais. Nesse sentido, o dispositivo dos GIPS em 2012 foi composto por 22 equipas helitransportadas, 73 equipas terrestres de combate, 591 militares e 73 veículos. As equipas helitransportadas estiveram presentes em 3.249 missões (3.045 no ataque inicial e nas restantes 204 no ataque ampliado). As equipas terrestres do GIPS da GNR deram apoio no âmbito do combate em 1.249 ocorrências (Quadro 12).

Quadro 12 – Empenhamento das equipas do GIPS da GNR no combate aos incêndios florestais em 2012

Equipas	Número de missões
Equipas helitransportadas em ATI	3.045
Equipas helitransportadas em ATA	204
Equipas terrestres de combate	1.249
TOTAIS	4.498

Fonte: ANPC

Em virtude da reconhecida importância do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), face às características únicas do ponto de vista da fauna e flora, o mesmo foi objeto de um plano de operações específico que contou com um dispositivo conjunto de defesa da floresta contra incêndios nos domínios da vigilância e primeira intervenção. Nesse âmbito as equipas helitransportadas do GIPS estiveram presentes em 7 missões de ataque inicial e as equipas terrestres em 19 missões (17 no ataque inicial e 2 no ataque ampliado).

A Força Especial de Bombeiros (FEB) tem como missão responder, com elevado grau de prontidão, às solicitações de emergência de proteção e socorro, a ações de prevenção e combate em cenários de incêndios, acidentes graves e catástrofes no território nacional. Esta Força contou em 2012 com 49 equipas de intervenção, das quais 13 helitransportadas e 36 terrestres. Do dispositivo fizeram parte integrante 253 bombeiros e 54 veículos. As missões de apoio no âmbito dos incêndios florestais estão discriminadas no quadro 13.

Quadro 13 – Empenhamento das equipas da FEB no combate aos incêndios florestais em 2012

Equipas	Número de missões
Equipas helitransportadas em ATI	1.075
Equipas helitransportadas em ATA	79
Equipas terrestres em ATI	805
Equipas terrestres em ATA	45
TOTAIS	2.004

Fonte: ANPC

As restantes missões apoiadas pela FEB encontram-se no quadro 14. No âmbito do plano específico do PNPG esta força realizou 3 missões de ataque inicial.

Quadro 14 – Restantes missões desenvolvidas pela FEB em 2012

Descrição da missão	Número de missões
Vigilância armada	186
Análise e uso do fogo	32
Reconhecimento e avaliação da situação	38
Apoio aos Postos de Comando Operacional	28
Apoio às SALOC dos Comandos de Operações	35
TOTAIS	319

SALOC – Sala de Operações e Comunicações / Fonte: ANPC

3.8. Formação ministrada

Na vertente do treino operacional foram planeadas 119 ações que contaram com a participação direta de 2.322 elementos da estrutura operacional da ANPC, corpos de bombeiros e restantes forças integrantes do DECIF e serviços municipais de proteção civil.

Estas ações de treino programadas visaram melhorar os seguintes aspetos:

- Técnicas de combate com ferramentas manuais;
- Sistema de gestão das operações;
- Utilização da rede SIRESP;
- Condução de veículos de intervenção;
- Media-training;
- Organização das salas de operações e comunicações;
- Técnicas de apoio à decisão;
- Comando e controlo de unidades de reforço;
- Comando e controlo de operações aéreas.

3.9. Eficácia do ataque inicial e ampliado

O ataque inicial (ATI) consiste na intervenção de meios terrestres de combate a incêndios florestais, de forma musculada, organizada e integrada, até o mesmo ser considerado dominado pelo Comandante de Operações e Socorro (COS) ou até ao limite máximo de 90 minutos de intervenção desde o despacho do primeiro meio de ATI. Mediante avaliação e autorização prévias poderão ser acionados meios aéreos para apoio ao ATI.

As ocorrências dominadas em ATI correspondem a cerca de 88% do total. Considerando apenas as ocorrências da fase Charlie a eficácia do ATI sobe para 91%.

Sempre que um incêndio não é dominado em ATI o mesmo passa para ataque ampliado (ATA).

O ATA tem início sempre que se atinjam os primeiros 90 minutos de incêndio, sem que este seja considerado dominado pelo COS, ou antes dos 90 minutos quando a previsão de evolução do incêndio (efetuada pelo COS) assim o determine.

A eficácia do ATA foi de:

- a) 9% - para ocorrências dominadas até 3 horas de duração;
- b) 2% - para ocorrências dominadas com duração entre 3 e 6 horas;
- c) 1% - para ocorrências dominadas com mais de 6 horas de duração

4. PREVENÇÃO ESTRUTURAL

4.1. Áreas intervencionadas

As atividades de Prevenção Estrutural induzem não só a um aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, mas também a uma mudança no comportamento da população, adotando uma atitude mais responsável e de maior respeito pelos espaços florestais.



No ano de 2012 foram intervencionados cerca de 21.400 hectares de gestão de matos em espaço florestal (incluindo com ações de fogo controlado), dos quais aproximadamente 3.000 hectares nas grandes faixas de rede primária. Foi ainda reportada a beneficiação de cerca de 430 pontos de água e de aproximadamente 7.400 quilómetros de rede viária.

O impacto positivo resultante das referidas ações potencia uma proteção efetiva de quase 430.000 hectares de espaços florestais.

Pela REFER foi assegurada a execução das ações estratégico-preventivas (limpeza mecânica, monda química, tratamento combinado e recolha de materiais combustíveis) nas linhas/ramais considerados de maior criticidade, em cerca de 1.014 hectares. Esta empresa procedeu ainda à identificação de pontos de água (poços) que poderiam ser utilizados como pontos de abastecimento para as corporações de bombeiros no combate aos incêndios na proximidade de linhas/ramais com maior índice de focos de incêndio.

Em 2012, a EDP Distribuição (EDP D) procedeu à manutenção de 4.326 hectares da estrutura da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (RSFGC). As intervenções efetuadas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios correspondem ao previsto nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), com os ajustamentos recomendados quer pelas Comissões Municipais de Defesa da Floresta (CMDF), quer pelos municípios através dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF's). Para a manutenção da estrutura da RSFGC a EDP investiu de forma programada (sem apoio financeiro de qualquer programa) cerca de 3,5 milhões de euros.

4.2. Sapadores Florestais

A atividade operacional desenvolvida pelas equipas de Sapadores Florestais (eSF) e equipas do Corpo Nacional de Agentes Florestais (CNAF), no âmbito das ações de apoio à supressão de incêndios (1ª intervenção, apoio ao combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio) desenvolvidas em 2012, até 31 de outubro, constam do quadro 15.



Nesse período foram reportadas pelas equipas operacionais 752 serviços de 1ª intervenção (29,4% da atividade operacional), 778 serviços de apoio ao combate (30,4% da atividade operacional), 872 serviços de rescaldo (34,1% da atividade operacional) e 156 serviços de vigilância pós-rescaldo (6,1% da atividade operacional).

Da atividade operacional registada 34% corresponde a serviços executados em nível de alerta amarelo ou laranja, ou sob solicitação de vigilância armada pelo ICNF, no que respeita as mobilizações sem intervenção corresponderam a 43% do total deste tipo intervenção.

De salientar o elevado número de mobilizações sem intervenção (correspondem a deslocações das equipas por solicitação do CDOS, em que a equipa ou acaba por não fazer intervenção ou a ocorrência é um falso alarme) das eSF e CNAF, o que vem demonstrar a disponibilidade das equipas para efetuarem intervenção, e capacidade de resposta sempre que solicitadas, mesmo que o nível de alerta amarelo ou superior não tenha sido decretado.

O mês de setembro veio a revelar-se atípico, apresentando 10 dias contínuos de alerta de nível amarelo (exceto para Beja, Évora e Faro), dos quais 9 dias de nível de alerta laranja para os distritos da zona centro, Coimbra e Viseu, e alternadamente Guarda e Santarém.

Conforme se pode constatar pela leitura do quadro 15, os distritos que registaram maior atividade operacional foram Viana do Castelo (17,7% do total da atividade operacional), Coimbra (14,5% do total da atividade operacional) e Santarém (11,3% do total da atividade operacional).

Quadro 15 – Número de serviços efetuados pelas equipas de Sapadores Florestais e CNAF, por Distrito, entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2012

Distrito	Número de eSF + CNAF	Número de serviços				Total serviços	%
		1ª Intervenção	Apoio ao Combate	Rescaldo	Vigilância pós incêndio		
Aveiro	9	32	19	42		93	3,6%
Beja	6	1				1	0,0%
Braga	15+1	29	51	45	1	126	4,9%
Bragança	10	34	35	15	14	98	3,8%
Castelo Branco	20	26	39	27	3	95	3,7%
Coimbra	27+6	87	108	128	49	372	14,5%
Évora	3					0	0,0%
Faro	10	13	15	16	5	49	1,9%
Guarda	28+2	14	38	34	5	91	3,6%
Leiria	16+4	17	47	43	8	115	4,5%
Lisboa	10	58	51	30		139	5,4%
Portalegre	13	14	31	21	6	72	2,8%
Porto	15+2	100	63	117	6	286	11,2%
Santarém	17	111	94	70	15	290	11,3%
Setúbal	1					0	0,0%
Viana do Castelo	23+4	147	108	185	12	452	17,7%
Vila Real	30+3	19	27	29	1	76	3,0%
Viseu	29+1	50	52	70	31	203	7,9%
Totais	303	752	778	872	156	2558	100,0%
%		29,4%	30,4%	34,1%	6,1%	100,0%	

Conforme se pode aferir pela leitura do Quadro 16, do total de 2.558 serviços 752 correspondem a ações de 1ª intervenção durante o período em análise (cerca de 29,4% da atividade operacional desenvolvida pelas eSF). Os serviços de rescaldo e apoio ao combate correspondem a 872 e 778 serviços (aproximadamente 34% e 30% da atividade das equipas neste âmbito).

Grande parte da atividade operacional das eSF, cerca de 66,5% (701 serviços) concentrou-se na fase CHARLIE, e quase 28% na fase ALFA (com 713 ações).

Quadro 16 – Resumo do número de serviços, por fase e nível de alerta, até 31 de outubro de 2012.

Fase	Dados	Nível Alerta		Total Geral
		Azul	Amarelo, Laranja, Vigilância Armada	
Alfa (1 Jan – 14Mai)	Soma de Serviço de 1ª Intervenção	202		202
	Soma de Serviço de Apoio ao Combate	229		229
	Soma de Serviço de Rescaldo	260		260
	Soma de Serviço de Vigilância pós incêndio	22		22
	Soma de Total Serviços (nº)	713	0	713
Bravo (15 Mai – 30 Jun)	Soma de Serviço de 1ª Intervenção	35		35
	Soma de Serviço de Apoio ao Combate	37		37
	Soma de Serviço de Rescaldo	40		40
	Soma de Serviço de Vigilância pós incêndio	9		9
	Soma de Total Serviços (nº)	121	0	121
Charlie (1 Jul – 31 Set)	Soma de Serviço de 1ª Intervenção	248	260	508
	Soma de Serviço de Apoio ao Combate	260	248	508
	Soma de Serviço de Rescaldo	271	291	562
	Soma de Serviço de Vigilância pós incêndio	54	69	123
	Soma de Total Serviços (nº)	833	868	1.701
Delta (1 Out a 31 Out)	Soma de Serviço de 1ª Intervenção	7		7
	Soma de Serviço de Apoio ao Combate	4		4
	Soma de Serviço de Rescaldo	10		10
	Soma de Serviço de Vigilância pós incêndio	2		2
	Soma de Total Serviços (nº)	23	0	23
Soma de Serviço de 1ª Intervenção		492	260	752
Soma de Serviço de Apoio ao Combate		530	248	778
Soma de Serviço de Rescaldo		581	291	872
Soma de Serviço de Vigilância pós incêndio		87	69	156
Soma do Total Serviços (nº)		1.690	868	2.558

4.3. Formação ministrada

No âmbito do programa de sapadores florestais foram ministradas ações de formação, durante o ano de 2012, a 427 elementos. Os temas versaram essencialmente:

- a) Desenvolvimento de atividades de silvicultura preventiva;
- b) Condução de veículos e utilização de equipamento manual e motomanual;
- c) Supressão de incêndios e comportamento do fogo;
- d) Apoio ao fogo controlado.

Grande parte das ações foi ministrada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), com quem o ICNF celebrou um protocolo de colaboração, sendo as restantes ministradas por entidades privadas acreditadas.

4.4. Sensibilização

No ano de 2012 o movimento ECO, conjunto de empresas do universo português que elegem como responsabilidade social a preocupação com a prevenção dos incêndios florestais desde 2006, contou com 26 empresas que se uniram para divulgar as mensagens de prevenção dos fogos. Foram realizadas diversas ações de divulgação, nomeadamente, através de spots de rádio e televisão, das redes sociais, pela publicação de newsletter, distribuição de folhetos em pontos de venda, utilização de cartazes/telas, publicação na imprensa escrita e on-line, entre outras.

Pela parte do Movimento ECO com validação por parte dos serviços florestais, foram produzidas e colocadas à disposição das empresas diversas peças de apoio à divulgação das mensagens de prevenção dos fogos, nomeadamente spots de TV e rádio, banner para internet, folheto, anúncio de imprensa, cartaz e outdoor que foram intensamente usados quer pelos parceiros quer pelas entidades oficiais.

A campanha televisiva foi exclusivamente veiculada na RTP, durante o mês de junho, julho e setembro, com uma totalidade de 137 spots de 35”.

O movimento ECO participou ainda em duas iniciativas de destaque:

- a) Colaborou com a Federação Portuguesa de Futebol, marcando presença no jogo amigável Portugal – Panamá, no Estádio do Algarve. Os jogadores entraram em campo vestidos com as t-shirts com o



slogan: ‘Portugal sem fogos depende de todos’ e permaneceram com elas durante o Hino Nacional. Este evento teve cobertura televisiva que proporcionou visibilidade mediática;

- b) Esteve presente na Volta a Portugal em Bicicleta – Etapa da Torre. Foi produzida uma lona com a imagem da campanha que foi colocada em frente ao pódio. Mais uma iniciativa que resultou numa grande visibilidade mediática uma vez que esta etapa é uma das mais relevantes da Volta, com cobertura televisiva.

A GNR desenvolveu ainda um importante papel na vertente da sensibilização às populações, realizando 817 ações de sensibilização onde contaram com a presença de 18.982 pessoas.

A Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito da defesa da floresta, realizou 911 ações de sensibilização, para um público de 6.357 pessoas, abordando as seguintes temáticas:

- a) Cuidados a ter com a floresta e prevenção dos incêndios naqueles locais;
- b) Como manter as florestas limpas;
- c) As queimadas nas Florestas;
- d) Cuidados a ter com os cigarros na Floresta;
- e) Na Floresta, desporto sim! Fumar não!;
- f) Medidas de prevenção durante o período crítico em espaço rural;
- g) Medidas de prevenção durante o período crítico em espaço florestal;
- h) Proteção de Habitações / Edificações;
- i) Ilícitos criminais e contraordenacionais;
- j) Prevenção dos Fogos Florestais e gestão das faixas de combustível.

5. VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO

5.1. Rede Nacional de Postos de Vigia

Em 2012, por decisão governamental, a seleção e contratação de vigilantes/operadores processou-se uma vez mais com recurso à população local. Esta modalidade tem funcionado bem e recomenda-se a sua continuidade no futuro.

Na Fase Bravo (15 de maio a 30 de junho), foram ativados os 70 postos de vigia da rede primária (RNPV), a funcionar em regime diurno, com guarnição de 2 elementos por posto, perfazendo um total de 140 vigilantes.

Para assegurar a atividade de toda a Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) a partir do início da Fase Charlie (01 de julho a 30 de setembro), foram selecionados e contratados mais vigilantes, de forma a garantir a guarnição de 4 vigilantes por cada Posto de Vigia e o seu funcionamento ininterrupto durante 24 horas do dia. Este planeamento não foi integralmente cumprido, em virtude de não ter havido interessados em número suficiente para trabalhar nos mesmos.

A GNR, entidade responsável por 231 Postos de Vigia da RNPV, efetuou a seleção, contratação e formação de vigilantes para 229 postos, uma vez que o Posto de Vigia 47.06 - Moinho do Pisco, no distrito de Aveiro, foi furtado e o Posto de Vigia 51.02 – Bartolomeu, no distrito de Leiria, não reunia as condições de segurança necessárias ao seu acionamento.

Pela Guarda foram contratados 913 vigilantes para os Postos de Vigia durante as duas fases. No decorrer da atividade da RNPV, denotaram-se os seguintes constrangimentos:

- 2 Postos de Vigia sem vigilantes;
- 3 Postos de Vigia apenas com três vigilantes.

Neste contexto, os encargos com a contratação de vigilantes/operadores dos Postos de Vigia importaram em 3.145.281,37 €.

Anualmente os Postos de Vigia são sujeitos a trabalhos de manutenção de forma a garantir a sua operacionalidade durante as Fases Bravo e Charlie. Fora do período de atividade os Postos de Vigia sofrem alguma degradação, resultante dos mais diversos aspetos, nomeadamente:

- Intempéries;
- Furto e vandalismo.

Em 2012, as despesas com a manutenção dos Postos de Vigia (RNPV), a cargo da GNR, importaram em 19.138.51€.

A Policia de Segurança Pública (PSP), no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, realizou 3.061 ações de vigilância/fiscalização e detetaram 601 situações de incumprimento.

5.2. Dados por fonte de alerta

Relativamente aos alertas dos incêndios no ano transato, cerca de 55% dos alertas foram dados por populares. Aproximadamente 15% das ocorrências foram alertadas via 117 e cerca de 7% pelos postos de vigia (Quadro 17 e Figura 12).

Quadro 17 – Número de ocorrências por fonte de alerta de incêndio em 2012

Fonte de Alerta	Número de ocorrências
117	3.182
Centro de Comando Operacional (CCO)	175
Outros	4.465
Populares	11.702
Postos de Vigia	1.396
Sapadores Florestais	256
TOTAL	21.176

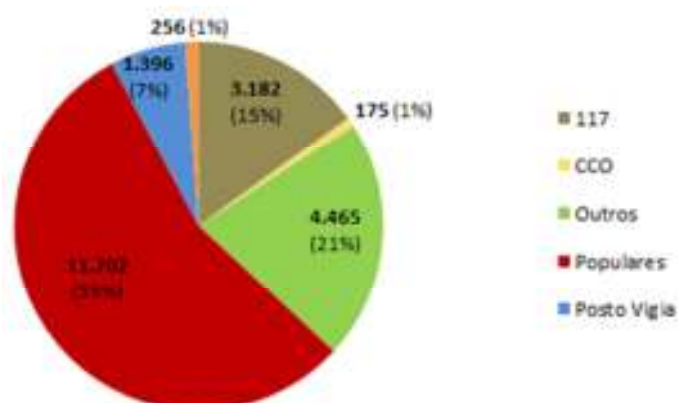


Figura 12 – Percentagem de ocorrências por fonte de alerta de incêndio



5.3. Autos-notícia levantados no âmbito do DL n.º124/2006 e eventuais processos-crime

As ações de fiscalização no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, relativas ao Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, resultaram na elaboração de 2.730 autos de contra ordenação. Os processos-crime instaurados em 2012 cifram-se em 5.929.

5.4. Detidos

A Guarda Nacional Republicana deteve 36 indivíduos, em flagrante delito, tendo a Polícia Judiciária (PJ) detido 53 suspeitos da prática de crime de incêndio florestal. No mesmo âmbito houve 1.052 suspeitos identificados.

5.5. Causas dos incêndios

Cerca de 74% do total das 21.176 ocorrências, em análise no presente relatório, foram alvo de investigação pela Guarda Nacional Republicana – Serviço de Proteção da Natureza (GNR/SEPNA).

Dos resultados investigados não foi possível identificar a causa da ignição em 31% das investigações. Do universo das ocorrências investigadas e com causa apurada (10.853), cerca de 51% estão associadas a comportamentos negligentes, essencialmente pelo uso do fogo (47%), com destaque para as queimadas (3.867 ocorrências). Em sede de incendiarismo, as motivações imputáveis (classe que enquadra motivações como o vandalismo, a provocação para os meios de combate aos incêndios, as manobras de diversão, conflitos com vizinhos e vinganças) estiveram na origem de 29% das ignições com investigação concluída pela GNR/SEPNA.

A distribuição do número de ocorrências por tipo de causa está apresentada no quadro 18.

O número de ocorrências e respetivas percentagens pelos grandes grupos das causas estão representados na figura 13.

Quadro 18 – Número de ocorrências por tipo de causa investigada em 2012

Causa	Nº ocorrências
Uso do Fogo	5.109
Fogueiras	922
Fumar	140
Lançamento de Foguetes	28
Queima de lixo	146
Queimadas	3.867
Outros	6
Acidentais	424
Maquinaria e equipamento	102
Transporte e comunicações	157
Outros	165
Estruturais	121
Caça e vida selvagem	56
Uso do solo	30
Outras	35
Incendiarismo	3.285
Imputáveis	3.188
Inimputáveis	6
Sem motivação conhecida	91
Naturais	58
Indeterminadas	4.796
Reacendimentos	1.856
TOTAL	15.649

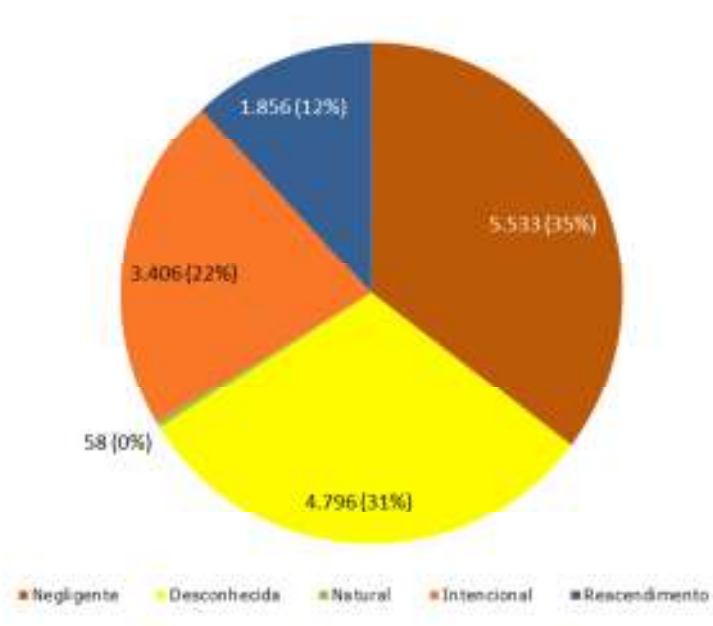


Figura 13 – Análise dos grandes grupos das causas



5.6. Formação ministrada

Ao longo do ano de 2012 a GNR promoveu formação a 937 operadores que guarneceram os postos de vigia da Rede Nacional de Postos de Vigia.

6. ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS PÚBLICAS

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) tem sob sua gestão aproximadamente 530.000 hectares de matas públicas e comunitárias em Portugal Continental. No ano de 2012 arderam cerca de 12.500 hectares de floresta inserida nestas áreas, dos quais se destacam os 1.578 hectares no Perímetro Florestal de São Salvador e os 1.471 hectares no perímetro florestal do Barroso (Anexo II). A área pública mais afetada, dada a sua dimensão, foi a mata nacional de Foja com 58% da área fustigada pelos incêndios de 2012, seguida do perímetro florestal de São Salvador e do perímetro florestal do Vouga, com 33% e 19% respetivamente.

No que respeita à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), ardeu um total de cerca de 7.700 hectares, dos quais são de destacar, 2.518 hectares na AP da Serra da Estrela, 2.153 hectares na AP de Montesinho e 1.319 hectares na AP da Peneda-Gerês (Anexo III). Proporcionalmente, o Alvão foi a AP mais afetada com os incêndios de 2012 com 8% da sua área consumida pelas chamas.

7. DESCRIÇÃO DOS GRANDES INCÊNDIOS

Em 2012 registaram-se 143 incêndios florestais com área ardida igual ou superior a 100 hectares (Anexo IV), dos quais resultaram 78.276 hectares de área queimada, cerca de 71% do total nacional, entre povoamentos (36.573ha) e matos (41.703ha). No que concerne a incêndios com área mínima de 500 hectares registaram-se 26 ocorrências que consumiram aproximadamente 53 mil hectares de espaços florestais (quadro 19).

O Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) da Autoridade Nacional de Proteção Civil produziu relatórios especiais dos incêndios superiores a 500 hectares. Em 2012 foram produzidos nesses moldes 26 relatórios que constam do anexo V.

Quadro 19 - Síntese dos grandes incêndios ocorridos em 2012

Classes (ha)	Nº Ocorrências	Área ardida (ha)	% Área ardida Face ao total em 2012
[100 - 500[	117	25.270	22,9
[500 - 1.000[	15	11.121	10,0
[1.000 - 5.000[	10	20.448	18,6
[5.000 - 10.000[	0	0	0,0
≥ 10.000	1	21.437	19,6
TOTAL	143	78.276	71%

No sentido de avaliar os impactes dos incêndios sobre os espaços florestais durante o ano de 2012, e considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, designadamente a Estabilização de Emergência Após Incêndio, enquadrado na Recuperação do Potencial Produtivo, o ICNF procedeu à elaboração de 11 relatórios de emergência, discriminados no quadro seguinte, que foram alvo do procedimento habitual de abertura de concurso da linha específica de apoio no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). O teto máximo dos financiamentos disponibilizados no âmbito do PRODER foi de cerca de 9.500.000Euros canalizados essencialmente para a estabilização de vertentes, a recuperação de linhas de água e a recuperação de caminhos. A abertura de concursos no âmbito do PRODER foi feita com base na avaliação dos impactos potenciais essencialmente de erosão (<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/ree-2012>).

O grande incêndio florestal de Catraia foi o maior desde a entrada em vigor do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, afetando várias freguesias dos concelhos de Tavira e São Brás de Alportel numa área total ardida de 24.843 hectares, dos quais 21.437 hectares de espaços florestais (povoamento e mato). Os povoamentos florestais maioritariamente atingidos foram de sobreiro e pinheiro manso. Este incêndio afetou ainda cerca de 17% da Zona Especial de Conservação e Zona de Proteção Especial do Caldeirão (PTCON0057), com afetações muito graves nos habitats deste Sítio Classificado; em 3 ZIF; em 33 zonas de caça, maioritariamente zonas de caça associativa, e um impacto negativo considerável na atividade apícola.

Face ao impacto a vários níveis este incêndio foi alvo de um relatório específico que serviu como primeira referência para a intervenção técnica no âmbito florestal e de conservação da natureza, não só ao nível da atuação do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P (ICNF), mas também do conjunto de agentes públicos e privados com atribuições nestas áreas e nas áreas mais gerais de ordenamento do território e gestão do espaço rural dos espaços silvestres.

Entre 31 de maio e 15 de outubro o ICNF produziu dez relatórios provisórios de incêndios florestais disponíveis na sua página digital em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/rel-if/2012>. Em virtude da seca severa e extrema dos primeiros meses do ano foram ainda publicados, entre 15 de março e 15 de maio, cinco resumos estatísticos provisórios das ocorrências de incêndios.

8. VÍTIMAS REGISTRADAS

Em 2012 e no âmbito do DECIF há a lamentar a ocorrência de 5 vítimas mortais (1 elemento do GIPS e 4 bombeiros) e 348 feridos. Não se registaram vítimas mortais civis.

9. PREJUÍZOS VERIFICADOS

9.1. Prejuízos ambientais/materiais

Com base no disposto no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), estima-se um prejuízo médio anual com os incêndios florestais, desde 2002, superior a 202 milhões de euros (quadro 20).

O ano de 2012 apresenta uma estimativa de prejuízos ambientais e materiais da ordem dos 158 milhões de euros, valor este que se situa cerca de 44 milhões de euros abaixo do valor médio dos últimos dez anos.

Quadro 20 – Perdas em euros resultantes dos incêndios florestais

ANO	Área Ardida (ha)	Perdas (Euros)
2002	124.619	178.828.265
2003	425.839	611.078.965
2004	130.107	186.703.545
2005	339.089	486.592.715
2006	76.058	109.143.230
2007	32.595	46.773.825
2008	17.564	25.204.340
2009	87.420	125.447.700
2010	133.090	190.984.150
2011	73.829	105.944.615
2012	110.232	158.182.920
Média	140.949	202.262.206

Fonte: PNDFC (5,4 milhões de hectares de espaços florestais valem 7.750 milhões de euros)

9.2. Despesas extraordinárias com os incêndios florestais

As despesas extraordinárias com os incêndios em 2012 superaram os 9 milhões de euros (Quadro 21). A reparação de veículos foi o tipo de ação que efetivou o maior gasto (cerca de 70% do total da despesa extraordinária). Em termos distritais foi Coimbra e Viseu que registaram os gastos mais avultados, superando mais de 1.2 milhões de euros cada um.

Quadro 21 – Despesas Extraordinárias com os incêndios florestais em 2012

DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS INCÊNDIOS FLORESTAIS - 2012							
DISTRITO	Reposição Veículos	Reparação Veículos	Danos Equipamento	Alimentação	Salários Perdidos	TOTAL GERAL	DISTRITO
Aveiro	21.200,00	396.428,04	82.752,92	28.155,03	45,37	528.581,36	Aveiro
Beja	0,00	157.036,77	19.530,81	8.697,20	0,00	185.264,78	Beja
Braga	0,00	87.560,16	10.784,89	10.177,00	0,00	108.522,05	Braga
Bragança	0,00	320.915,33	145.679,92	58.909,33	0,00	525.504,58	Bragança
C. Branco	0,00	496.178,95	65.509,06	44.943,40	0,00	606.631,41	C. Branco
Coimbra	120.750,00	787.430,02	248.573,09	119.119,51	353,21	1.276.225,83	Coimbra
Évora	184.000,00	153.015,30	16.189,77	2.445,32	0,00	355.650,39	Évora
Faro	0,00	240.829,93	54.644,90	86.024,50	0,00	381.499,33	Faro
Guarda	0,00	460.777,54	122.671,80	57.899,40	0,00	641.348,74	Guarda
Leiria	28.750,00	301.771,53	98.840,63	63.351,20	238,19	492.951,55	Leiria
Lisboa	0,00	582.477,74	102.993,63	30.451,12	78,79	716.001,28	Lisboa
Portalegre	0,00	143.106,03	18.104,61	18.179,70	0,00	179.390,34	Portalegre
Porto	28.750,00	312.840,38	59.285,37	33.998,21	0,00	434.873,96	Porto
Santarém	0,00	708.884,51	31.003,30	74.203,07	202,65	814.293,53	Santarém
Setúbal	0,00	205.072,79	26.291,05	2.781,30	0,00	234.145,14	Setúbal
V. Castelo	0,00	29.588,22	10.222,64	5.668,60	0,00	45.479,46	V. Castelo
Vila Real	0,00	318.601,10	94.149,95	35.007,28	0,00	447.758,33	Vila Real
Viseu	0,00	687.140,70	395.982,15	128.443,10	0,00	1.211.565,95	Viseu
Total Geral	383.450,00	6.389.655,04	1.603.210,49	808.454,00	918,21	9.185.688,01	Total Geral

Carnaxide, 17 de maio de 2013

No âmbito do 3º pilar da defesa da floresta contra incêndios, a ANPC previu gastar, em custos diretos durante o ano de 2012, mais de 70 milhões de euros, dos quais cerca de 45 milhões no dispositivo aéreo e mais de 25 milhões e duzentos mil euros no dispositivo terrestre afeto aos corpos de bombeiros.

10. EMISSÕES DE CO₂

Desde 2006 apenas se destacaram dois anos, 2010 e 2012, nos quais as perdas anuais em produtos e serviços prestados pelos ecossistemas florestais e as emissões de CO₂⁴ superaram o limiar de perdas admitido no Plano Nacional Defesa Floresta Contra Incêndios (PNDFCI). Este limiar foi definido com base na meta dos 100.000ha/ano para 2012 estabelecida no PNDPCI (Figura 14). No ano em análise as emissões de CO₂ ascenderam a 818.472,6 toneladas.

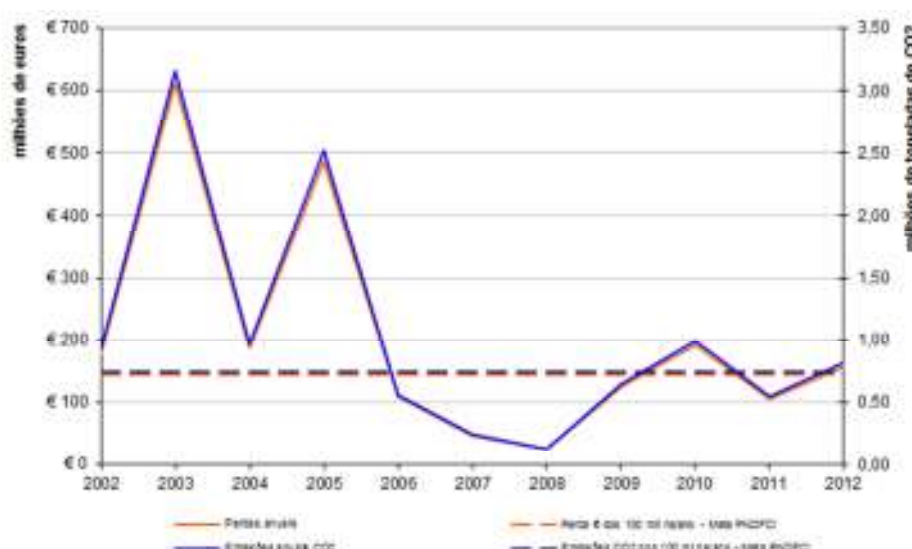


Figura 14 – Perdas de valor e emissões de CO₂, atribuíveis aos incêndios

11. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito do protocolo celebrado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, relativo à Cooperação Técnica e Assistência Mútua em matéria de Proteção Civil, há registo de 28 ocorrências em Portugal que contaram com o apoio de Espanha efetivado com 159 combatentes, 23 veículos, 10 aviões, 28

⁴ **Fonte:** *Potential for CO₂ emissions mitigation in Europe through prescribed burning in the context of the Kyoto Protocol*; Caroline Narayan [a,*](#), Paulo M. Fernandes, Jo van Brusselen [a](#), Andreas Schuck [a](#) a European Forest Institute, Torikatu 34, FIN-80100 Joensuu, Finland Departamento Florestal & Centro de Estudos em Gestão de Ecossistemas (CEGE), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal; 7 June 2007

helicópteros e 2 outros meios. Dessas 28 ocorrências 5 são do tipo A (pedidos efetuados e acionados pelo nível nacional: ANPC/DGPCE) e as restantes são do tipo C (para intervenções de ataque inicial em que os meios são automaticamente acionados de lado a lado).

Portugal auxiliou no combate a 10 incêndios em território espanhol, sendo 4 do tipo B (pedidos efetuados pelas estruturas desconcentradas de ambos os países: CDOS/Subdelegação do Governo) e as restantes do tipo C. A ajuda foi concretizada com 92 operadores, 22 veículos e 3 helicópteros.

No dia 3 de setembro, face à situação de incêndios florestais que se fazia sentir em Portugal, a qual obrigava a um empenhamento operacional muito elevado de meios aéreos e terrestres, Portugal solicitou a ativação do mecanismo europeu de proteção civil. Através deste mecanismo foi solicitada a disponibilidade de 2 módulos de aviões anfíbios do tipo Canadair por um período de 48 horas. Com base neste pedido, França disponibilizou 1 módulo de aviões anfíbios do tipo Canadair e Espanha disponibilizou 1 avião anfíbio. Os aviões franceses operaram em Portugal a partir da base aérea de Monte Real, enquanto os aviões espanhóis operaram sempre a partir do seu território.



ANEXOS

ANEXO I

Nota técnica relativa à clarificação de reacendimento

(<http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/not-info/red-reacen?searchterm=nota+t%C3%A9cnica>)

 Ministério da Agricultura, Rural, Ambiente e Ordenamento do Território	AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL	NOTA TÉCNICA Nº 01 (versão 2)		
		2012	Julho	10
OBJETIVO	Redefinir - <u>reacendimento</u>			
PÚBLICO-ALVO	Operadores e consultores da base de dados do Sistema de Gestão de Incêndios Florestais (SGIF)			

REDEFINIÇÃO DE REACENDIMENTO

Os termos utilizados para classificar incêndios florestais são os constantes no manual 'Classificação de Incêndios Florestais' publicado pela Direcção-Geral das Florestas em 2001 (<http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/dufci/cartografia/manual-classificacao-de-incendios-florestais>).

A necessidade de esclarecer/uniformizar critérios e procedimentos de carácter coletivo utilizados na base de dados do Sistema de Gestão de Incêndios Florestais – SGIF exige que seja reformulada a definição de 'reacendimento'.

Esta reformulação tem como principal objectivo aumentar o rigor e a qualidade dos registos das ocorrências de incêndios florestais. Assim, o conceito de reacendimento passa a ser:

REACENDIMENTO:

É uma nova ocorrência que tem início no perímetro da área afectada por um incêndio recente que foi considerado extinto, ou seja, em que todos os meios já abandonaram o teatro de operações (TO). São ocorrências que têm obrigatoriamente área ardida associada e às quais será atribuído o tipo de causa '**REACENDIMENTO**' e a causa 711 – 'Fonte de calor do incêndio anterior'.

A data e hora de início do reacendimento tem de ser posterior à data e hora de extinção do incêndio de origem.

ANEXO II

Áreas geridas pelo ICNF afetadas pelos incêndios de 2012

Designação	Área total (ha)	Área ardida (ha)	Percentagem afetada (%)
Mata Nacional da Foja	376,27	216,69	58%
Perímetro Florestal de São Salvador	4.782,97	1.578,09	33%
Perímetro Florestal do Vouga	488,26	94,41	19%
Perímetro Florestal da Serra de Montezinho	5.611,98	972,28	17%
Perímetro Florestal da Serra da Lapa	4.816,40	786,28	16%
Mata Nacional do Choupal	77,31	10,97	14%
Perímetro Florestal de Valhelhas	1.335,32	161,91	12%
Perímetro Florestal da Serra da Coroa	8.610,36	517,09	6%
Perímetro Florestal da Serra de Bornes	880,42	52,19	6%
Perímetro Florestal da Serra de Leomil	15.062,02	857,38	6%
Perímetro Florestal da Serra de Montemuro	9.215,99	517,05	6%
Perímetro Florestal Serra da Cabreira - Vieira do Minho	4.483,51	247,96	6%
Perímetro Florestal da Serra do Pisco	1.412,94	69,80	5%
Perímetro Florestal das Serras do Marão Vila Real e Ordem	11.182,18	547,29	5%
Perímetro Florestal Serra da Estrela-Núcleo Cortes do Meio	2.851,76	135,96	5%
Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço	3.845,14	168,48	4%
Perímetro Florestal de Castelo Novo	367,20	15,36	4%
Perímetro Florestal da Serra da Cabreira (Cabeceiras Basto)	9.062,96	377,62	4%
Perímetro Florestal de Entre Lima e Neiva	2.799,98	106,81	4%
Perímetro Florestal das Serras de São Pedro Dias e Alveito	724,43	27,56	4%
Perímetro Florestal de Mondim de Basto	11.046,54	406,24	4%
Perímetro Florestal Serra da Estrela - Núcleo de Vide	236,93	8,68	4%
Perímetro Florestal de Santa Luzia	2.272,50	81,89	4%
Perímetro Florestal do Barroso	44.821,05	1.474,44	3%
Perímetro Florestal do Sameiro	529,11	14,42	3%
Perímetro Florestal Serra da Estrela-Núcleo Unhais da Serra	1.869,30	50,88	3%
Perímetro Florestal de Ribeira de Pena	9.269,04	236,41	3%
Perímetro Florestal da Serra da Avelreira	2.951,25	70,60	2%
Perímetro Florestal das Serras do Marão e Meia Via	6.582,28	137,10	2%
Perímetro Florestal da Serra da Nogueira	3.950,04	81,62	2%
Perímetro Florestal de Deilão	9.731,75	192,56	2%
PNPG Baldios cogeridos	60.462,65	1.193,87	2%
Perímetro Florestal da Serra de Montejunto	1.490,95	28,90	2%
Perímetro Florestal do Caramulo	3.167,85	60,65	2%

Perímetro Florestal da Boalhosa	5.527,42	99,88	2%
Perímetro Florestal da Senhora da Abadia	1.956,09	32,88	2%
Perímetro Florestal das Serras de São Domingos e Escarão	4.043,57	67,82	2%
Mata Nacional do Geres (PNPG)	5.085,52	84,63	2%
Perímetro Florestal do Alvão	10.236,55	161,76	2%
Perímetro Florestal de Lourçal do Campo	149,88	1,99	1%
Perímetro Florestal de Pampilhosa da Serra	7.049,82	81,00	1%
Perímetro Florestal de Entre Vez e Coura	4.346,91	41,01	1%
Perímetro Florestal da Serra de Anta	4.015,06	36,40	1%
Perímetro Florestal das Serras do Soajo e Peneda	14.682,71	123,20	1%
Perímetro Florestal da Serra de Arga	7.364,99	56,33	1%
Perímetro Florestal da Serra da Lousa	1.488,04	10,56	1%
Perímetro Florestal da Penóita	1.927,96	11,15	1%
Perímetro Florestal Serra da Estrela - Núcleo de Gouveia	7.048,06	39,81	1%
Perímetros Florestais de Alge e Penela	1.905,18	9,39	0%
Perímetro Florestal de São Pedro do Açor	1.720,48	6,84	0%
Perímetro Florestal da Serra da Padrela	10.550,05	37,41	0%
Perímetro Florestal Matas do Sobral, Braçal e Cabeça Gorda	701,08	2,40	0%
Perímetro Florestal de São Pedro do Sul	11.519,52	33,95	0%
Perímetro Florestal das Serras de Vieira e Monte Crasto	9.024,33	25,25	0%
Perímetro Florestal da Serra do Merouço	478,96	1,20	0%
Perímetro Florestal da Serra Amarela	1.050,31	1,80	0%
Perímetro Florestal de Chaves	8.037,67	13,33	0%
Perímetro Florestal de São Matias	1.237,68	1,85	0%
Perímetro Florestal Serra da Estrela - Núcleo de Seia	12.091,05	14,82	0%
Perímetro Florestal do Carvalhal	237,93	0,27	0%
Mata Nacional Dunas da Gafanha	727,00	0,71	0%
Área Florestal de Sines	10.088,32	8,29	0%
Perímetro Florestal de Manteigas	6.660,23	5,34	0%
Perímetro Florestal de Gois	3.443,49	2,65	0%
Perímetro Florestal de Alcanede	2.306,63	0,40	0%
Mata Nacional de Leiria	11.079,34	1,37	0%

ANEXO III

Áreas da RNAP afetadas pelos incêndios de 2012

Designação da AP	Área (ha)	Área ardida (ha)	Percentagem afetada (%)
Alvão	7.202,66	540,52	8%
Montesinho	74.544,62	2.153,07	3%
Serra da Estrela	89.136,53	2.518,02	3%
Serra de Montejunto	4.897,39	135,86	3%
Côrno do Bico	2.181,20	42,02	2%
Peneda-Gerês	69.592,50	1.319,29	2%
Douro Internacional	87.011,26	953,41	1%
Arrábida	12.381,37	30,61	0%
Monumento Natural das Portas de Ródão	965,34	0,96	0%
Serras de Aire e Candeeiros	38.392,53	3,44	0%

ANEXO IV

Lista dos incêndios com área mínima de 100 hectares

Distrito	Concelho Freguesia	Data Alerta	Área ardida povoamento (ha)	Área ardida mato (ha)	Área ardida em espaço florestal (ha)
Vila Real	Ribeira de Pena Salvador	12/2/2012	5	133	138
Viseu	Vouzela Ventosa	16/2/2012	0	161	161
Braga	Cabeceiras de Basto Rio Douro	18/2/2012	0	235	235
Braga	Terras de Bouro Cibões	21/2/2012	4	131	135
Guarda	Sabugal Seixo do Coa	22/2/2012	14	120	134
Bragança	Macedo de Cavaleiros Podence	22/2/2012	0	180	180
Guarda	Manteigas Vale de Amoreira	23/2/2012	175	135	310
Bragança	Bragança Serapicos	23/2/2012	113	0	113
Bragança	Vimioso Vale de Frades	23/2/2012	10	217	227
Viseu	Lamego Penajóia	24/2/2012	12	164	176
Viseu	Vouzela Paços de Vilharigues	25/2/2012	8	279	287
Vila Real	Alijó Vila Verde	25/2/2012	13	212	225
Santarém	Mação Aboboreira	25/2/2012	116	15	131
Braga	Fafe Monte	25/2/2012	67	55	122
Guarda	Meda Carvalhal	26/2/2012	6	99	105
Braga	Terras de Bouro Vilar da Veiga	27/2/2012	295	5	300
Bragança	Bragança França	27/2/2012	0	830	830
Vila Real	Mondim de Basto Ermelo	27/2/2012	122	0	122
Braga	Cabeceiras de Basto Bucos	28/2/2012	10	214	224
Vila Real	Mondim de Basto Ermelo	28/2/2012	1	321	322
Vila Real	Mondim de Basto Ermelo	1/3/2012	35	105	140
Castelo Branco	Covilhã Cortes do Meio	9/3/2012	105	32	137
Porto	Baião Teixeira	10/3/2012	28	108	136
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez Soajo	10/3/2012	28	301	329
Bragança	Vinhais Mofreita	11/3/2012	92	380	472
Bragança	Vinhais Agrochão	11/3/2012	0	118	118
Viseu	Vouzela Alcofra	11/3/2012	13	229	242

Braga	Cabeceiras de Basto Bucos	11/3/2012	118	70	188
Bragança	Vinhais Vila Verde	11/3/2012	161	2	163
Viseu	Resende São Martinho de Mouros	12/3/2012	3	220	223
Braga	Vieira do Minho Anjos	14/3/2012	9	170	179
Vila Real	Vila Real Vila Cova	15/3/2012	6	100	106
Vila Real	Montalegre Chã	15/3/2012	115	0	115
Aveiro	Oliveira de Azemeis Palmaz	23/3/2012	108	0	108
Braga	Barcelos Tamel (São Pedro Fins)	23/3/2012	175	0	175
Bragança	Macedo de Cavaleiros Soutelo Mourisco	26/3/2012	24	166	190
Vila Real	Boticas Dornelas	26/3/2012	503	40	543
Porto	Penafiel Galegos	27/3/2012	151	0	151
Aveiro	Oliveira de Azemeis Carregosa	27/3/2012	150	0	150
Braga	Terras de Bouro Campo do Gerês	27/3/2012	10	90	100
Braga	Barcelos Quintiães	27/3/2012	1.211	500	1.711
Viseu	Castro Daire Mões	28/3/2012	310	110	420
Viseu	São Pedro do Sul São Martinho das Moitas	28/3/2012	75	78	153
Bragança	Vinhais Sobreiro de Baixo	28/3/2012	3	204	207
Braga	Vieira do Minho Vilar Chão	28/3/2012	170	80	250
Coimbra	Penela Espinhal	28/3/2012	902	70	972
Porto	Penafiel Lagares	29/3/2012	150	69	219
Braga	Póvoa de Lanhoso Oliveira	29/3/2012	77	72	149
Braga	Póvoa de Lanhoso Garfe	29/3/2012	65	65	130
Viseu	São Pedro do Sul Santa Cruz da Trapa	29/3/2012	345	100	445
Coimbra	Penela São Miguel	29/3/2012	830	80	910
Bragança	Bragança Failde	29/3/2012	84	215	299
Braga	Vieira do Minho Anjos	29/3/2012	83	80	163
Viseu	Castro Daire Moledo	29/3/2012	350	13	363
Bragança	Vinhais Curopos	29/3/2012	94	103	197
Braga	Amares Paranhos	29/3/2012	61	78	139
Bragança	Bragança Rio de onor	30/3/2012	0	235	235
Braga	Vieira do Minho Vieira do Minho	30/3/2012	65	44	109
Castelo Branco	Vila Velha de Rodão Sarnadas de Rodão	14/5/2012	267	34	301
Castelo Branco	Fundão Soalheira	26/6/2012	31	225	256
Leiria	Figueiró dos Vinhos Figueiró dos Vinhos	1/7/2012	96	11	107
Setúbal	Sines Sines	1/7/2012	92	12	104

Bragança	Mogadouro Mogadouro	13/7/2012	40	81	121
Bragança	Macedo de Cavaleiros Lagoa	15/7/2012	123	285	408
Guarda	Guarda Porto da Carne	16/7/2012	101	93	194
Guarda	Trancoso Vila Garcia	16/7/2012	74	101	175
Bragança	Macedo de Cavaleiros Peredo	16/7/2012	0	100	100
Coimbra	Cantanhede Vilamar	17/7/2012	123	17	140
Santarém	Ourém Formigais	17/7/2012	15	193	208
Portalegre	Ponte de Sor Ponte de Sor	18/7/2012	935	0	935
Santarém	Tomar Casais	18/7/2012	650	362	1.012
Bragança	Torre de Moncorvo Castedo	18/7/2012	36	809	845
Viseu	Viseu Fragosela	18/7/2012	48	76	124
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo Colmeal	18/7/2012	100	245	345
Faro	Tavira Cachopo	18/7/2012	5.790	15.647	21.437
Santarém	Tomar Paialvo	18/7/2012	75	45	120
Viseu	Mangualde Fornos de Maceira Dão	19/7/2012	104	180	284
Bragança	Torre de Moncorvo Adeganha	19/7/2012	0	357	357
Faro	Castro Marim Azinhal	19/7/2012	419	0	419
Viseu	Sernancelhe Carregal	20/7/2012	14	328	342
Évora	Arraiolos Arraiolos	20/7/2012	185	0	185
Castelo Branco	Oleiros Cambas	21/7/2012	358	11	369
Lisboa	Azambuja Aveiras de Baixo	22/7/2012	115	5	120
Bragança	Freixo Espada à Cinta Poiares	24/7/2012	6	550	556
Coimbra	Oliveira do Hospital Vila Pouca da Beira	7/8/2012	79	113	192
Coimbra	Lousã Foz do Arouce	8/8/2012	200	22	222
Bragança	Vimioso Campo de Víboras	8/8/2012	512	1.367	1.879
Bragança	Vimioso Matela	9/8/2012	20	261	281
Leiria	Figueiró dos Vinhos Figueiró dos Vinhos	9/8/2012	163	62	225
Vila Real	Chaves Vilarinho das Paranhos	11/8/2012	290	140	430
Bragança	Vila FLor Freixiel	14/8/2012	5	131	136
Guarda	Vila Nova de Foz Coa Santa Comba	30/8/2012	12	174	186
Coimbra	Pampilhosa da Serra Pampilhosa da Serra	31/8/2012	4	107	111
Viseu	Sernancelhe Sarzeda	31/8/2012	52	1.084	1.136
Vila Real	Chaves Águas Frias	31/8/2012	0	116	116
Leiria	Caldas da Rainha Vidais	1/9/2012	102	0	102
Leiria	Óbidos Olho Marinho	1/9/2012	518	0	518

Guarda	Seia Torrozelos	2/9/2012	2.280	200	2.480
Leiria	Bombarral Bombarral	2/9/2012	68	33	101
Santarém	Ourém Ribeira do Fárrio	2/9/2012	3.130	1.000	4.130
Viseu	Mangualde Mangualde	2/9/2012	153	105	258
Braga	Cabeceiras de Basto Rio Douro	2/9/2012	3	300	303
Aveiro	Águeda Valongo do Vouga	2/9/2012	967	10	977
Aveiro	Albergaria-a-Velha Albergaria-a-Velha	2/9/2012	360	10	370
Santarém	Tomar São Pedro de Tomar	2/9/2012	670	1.084	1.754
Coimbra	Figueira da Foz Santana	2/9/2012	255	5	260
Viseu	Mangualde Mangualde	2/9/2012	35	289	324
Beja	Vidigueira Vidigueira	3/9/2012	661	37	698
Coimbra	Tábua Carapinha	3/9/2012	345	39	384
Guarda	Guarda Avelãs de Ambom	3/9/2012	42	123	165
Castelo Branco	Castelo Branco Alameda	3/9/2012	205	33	238
Viseu	Carregal do Sal Oliveira do Conde	3/9/2012	1.560	110	1.670
Viseu	Oliveira de Frades Sejães	3/9/2012	460	14	474
Viseu	Viseu Cepões	3/9/2012	1.604	1.470	3.074
Lisboa	Torres Vedras Ramalhal	3/9/2012	109	63	172
Leiria	Alvaiázere Maçãs de Dona Maria	3/9/2012	350	156	506
Guarda	Gouveia Ribamondego	4/9/2012	1.212	390	1.602
Viseu	Mangualde Santiago de Cassurrães	4/9/2012	143	466	609
Viseu	Cinfães Nespereira	4/9/2012	10	114	124
Porto	Marco de Canaveses Soalhães	4/9/2012	25	123	148
Bragança	Macedo de Cavaleiros Talhas	4/9/2012	0	110	110
Vila Real	Vila Real Vila Marim	4/9/2012	12	113	125
Lisboa	Cadaval Vilar	4/9/2012	102	90	192
Guarda	Gouveia Aldeias	6/9/2012	35	90	125
Leiria	Alvaiázere Alvaiázere	6/9/2012	8	168	176
Guarda	Fornos de Algodres Sobral Pichorro	6/9/2012	74	374	448
Coimbra	Arganil Coja	6/9/2012	721	181	902
Viseu	Vila Nova de Paiva Touro	7/9/2012	5	480	485
Bragança	Torre de Moncorvo Lousa	7/9/2012	0	275	275
Viseu	Sátão Ferreira de Aves	8/9/2012	32	127	159
Vila Real	Chaves Redondelo	8/9/2012	254	169	423
Coimbra	Arganil Arganil	8/9/2012	115	140	255
Bragança	Macedo de Cavaleiros Bornes	14/9/2012	132	398	530



Coimbra	Condeixa-a-Nova Condeixa-a-Velha	15/9/2012	100	17	117
Porto	Maia Folgosa	15/9/2012	151	38	189
Bragança	Carrazeda de Ansiães Marzagão	15/9/2012	156	15	171
Bragança	Mogadouro Meirinhos	15/9/2012	179	611	790
Vila Real	Peso da Régua Sedielos	16/9/2012	0	190	190
Bragança	Macedo de Cavaleiros Lagoa	16/9/2012	0	204	204
Bragança	Mogadouro Bemposta	18/9/2012	70	303	373
Coimbra	Coimbra Torres do Mondego	18/9/2012	159	72	231
Viseu	Viseu Santos Evos	22/9/2012	182	90	272
Castelo Branco	Belmonte Maçaínhas	9/10/2012	5	97	102



ANEXO V

Relatórios especiais de grandes incêndios